4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

10 de dezembro de 2015. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Luísa Maria Cardoso Alves

Data e local de nascimento: 10 de março de 1964 em Vila Franca de Xira

Habilitações e atividade académica:

1.º Ciclo do ensino Básico

Percurso Profissional:

De 2002 até 2015:

Auxiliar no Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude.

209309633

Despacho n.º 1529/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista do meu gabinete, o Licenciado Tiago Luís Marques Coelho Martins do Quadro da KPMG, Corporate Finance LLCC.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro o designado desempenhará funções de análise e estruturação de investimentos e de financiamento associadas às infraestruturas, concessões e parcerias público-privadas.

3 — O estatuto remuneratório do designado é equiparado ao de Adjunto, conforme o n.º 6 do artigo 13.º

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — O designado fica autorizado a exercer as atividades previstas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

6 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 17 de dezembro de 2015.

7 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

21 de dezembro de 2015. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Tiago Luís Marques Coelho Martins

Data e local de nascimento: Lisboa, 30 de dezembro de 1976

Habilitações e atividade académica

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Pós-graduação em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Programa Avançado em Parcerias Público-Privado (“PPPs”) pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Percurso Profissional

Fez o seu percurso profissional nos setores de consultoria e assessoria financeira e da banca de investimento, sendo de destacar a Deloitte/Arthur Andersen entre 1999 e 2003, a banca de investimento entre 2003 e 2005 e a KPMG Corporate Finance entre 2005 e 2015.

Acumulou ao longo dos últimos 10 anos uma vasta experiência no setor das infraestruturas, PPPs, concessões e estruturação de financiamentos, assessorando organizações, quer do setor público, quer do setor privado.

Adicionalmente, tem vindo a participar regularmente como orador em diversos Seminários e Conferências, nacionais e internacionais, no setor das infraestruturas.

Tem vindo ainda a colaborar como docente convidado no Programa de Pós-Graduações no Instituto Superior de Economia e Gestão em diversas disciplinas.

209309074

ECONOMIA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 1097/2016

Concurso interno de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 9 (nove) postos de trabalho da carreira/categoria de Especialista de Informática e 7 (sete) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico de Informática, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Economia.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, conjugado com o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2015 (aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) e do disposto no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, torna-se público que, por meu despacho de 7 de janeiro de 2015, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 9 (nove) postos de trabalho na categoria de especialista de informática de grau 1, nível 2, da carreira (não revista) de especialista de informática e 7 (sete) postos de trabalho na categoria de técnico de informática de grau 1, nível 1, da carreira (não revista) de técnico de informática, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Economia, para exercer funções na Direção de Serviços de Sistemas de Informação (DSSI).

2 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com a Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento nesta Secretaria-Geral da Economia e não ter sido efetuada consulta prévia à ECCRC, por ter sido considerada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, temporariamente, dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal nesse sentido.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho;
Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;
Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de julho;
Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril;
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro

Despacho conjunto n.º 666/2002, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 198, de 28 de agosto;

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, regulamentada pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro;

Código Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro);

Constituição da República Portuguesa.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho mencionados, e caduca com o seu preenchimento.

5 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

6 — Número de postos de trabalho — O concurso interno de ingresso visa o preenchimento de 16 (dezasseeis) postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, distribuindo-se pelas seguintes referências:

6.1 — Referência A — Especialista de Informática — Comunicações: 3 (três) postos de trabalho.

a) Caracterização dos postos de trabalho:

Desempenhar as funções constantes do artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, designadamente:

Gestão e configuração de *routers* e *switches* (preferencialmente Cisco)

Gestão e configuração de Centrais VoIP (Cisco CallManager)

Gestão e configuração de Firewalls (preferencialmente CheckPoint, Cisco ASA)

Gestão e configuração de balanceadores de carga (preferencialmente F5)